

UMA LEITURA GEOGRÁFICA DO COMÉRCIO DE RUA DE SALVADOR, BAHIA¹

Ana Cláudia Nogueira MAIA²

Resumo

O presente trabalho representa um estudo de caso sobre o comércio de rua que ocorre na Centralidade do Iguatemi e na Avenida Lima e Silva, em Salvador-Bahia. Trata-se de analisar e compreender a organização e o funcionamento de tal atividade em duas centralidades distintas: uma centralidade "rica", onde se constitui um centro econômico e político, e a outra centralidade num bairro popular, na periferia social da cidade, já que o bairro da Liberdade é relativamente central e desempenha papel de sub-centro na cidade. Para isso, propomos aqui a análise do comércio de rua pelas vias da mercadoria, com base no referencial teórico de Milton Santos, a teoria dos dois circuitos da economia urbana. Assim, foi possível discutir também a validade e a aplicabilidade da teoria na atualidade e ir além da compreensão do nosso objeto, almejando uma contribuição teórica sobre o tema.

Palavras-chave: Comércio de rua. Mercadorias. Circuitos econômicos. Centralidade.

Abstract

A geographical reading of street trading of Salvador, State of Bahia

This present paper reports a case study of the street trading in the central area of Iguatemi and Lima e Silva Avenue, Salvador – State of Bahia. The aims of the study were to analyze and to understand the organization and behavior of such activity in two different central areas: a 'rich' central area which is an economic and political center and the other central area in a popular neighborhood, in the social periphery of the city, since the Liberdade neighborhood is relatively central and plays the role of sub-center in the city. Therefore, the authors of the present study proposed an analysis of street trading by way of merchandise, based on the theoretical framework of Milton Santos, the theory of the two circuits of the urban economy. Thus, it was possible to also discuss the validity and applicability of the theory today and go beyond the comprehension of this object, longing for a theoretical contribution on the subject.

Key words: Street trading. Good. Economic circuits. Centralities.

¹ Este trabalho é resultado da Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, sob a orientação do Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa.

² Mestre, e-mail maia.anaclaudia@gmail.com. Rua Lazaro Gardim, 314, Jd. Tropical, Ourinhos/SP, CEP: 19906-496.

INTRODUÇÃO

O avanço no desenvolvimento tecnológico, viabilizado pela implantação de novas tecnologias, da informatização, automação e robótica, entre outras inovações tecnológicas e científicas, cujo objetivo é aumentar a produtividade e reduzir os gastos com a força de trabalho e, assim, produzir mais com uma quantidade menor de trabalhadores, gerou a exploração da força de trabalho, quanto à redução de salários, e a diminuição de trabalhadores serviu de componente para o aumento do lucro. Conforme Castel (2003, p.517) "A flexibilidade seja ela externa ou interna, ambas as flexibilizações implicam direta ou indiretamente na redução do capital variável, da força de trabalho".

Juntamente com esse processo de modernização, vieram os processos de reestruturação produtiva, as políticas neoliberais e a abertura econômica, tendo como consequência o aumento do desemprego, da informalidade, da flexibilização das relações trabalhistas e a redução dos direitos trabalhistas e sociais.

Frente a tal situação, uma categoria de trabalhadores volta a crescer – os trabalhadores informais –, cuja face mais visível é a composta por camelôs e ambulantes, integrados por migrantes e/ou pessoas que perderam o emprego, o que nos faz notar um aumento significativo do contingente desses trabalhadores na composição do mercado de trabalho.

De acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2010), podemos ter uma ideia do contingente de trabalhadores que possivelmente fazem parte da economia informal, se somarmos os trabalhadores subcontratados (5,7%), os que não possuem carteira assinada (8,8%) e os que se autodeclararam autônomos (20,3%) teremos um percentual de 34,8% dos ocupados fazendo parte deste setor. Vale lembrar que nem todos trabalhadores que se declaram autônomos fazem parte da "informalidade", muitos pagam impostos e possuem carteira assinada. Essa análise vale como uma possível amostragem do contingente de trabalhadores que estão em situação irregular.

O chamado comércio de rua³, em parte, é integrante desse setor e vem funcionando como fator de estabilização social para o indivíduo desempregado, ou seja, pode estar associado a uma elevação do bem-estar e, desta maneira, o indivíduo pode participar do consumo, o que vem reforçar a ideologia de ascensão social pelo consumo e a ideologia do trabalho autônomo (SANTOS, 1987).

O comércio de rua é, também, uma forma de a população menos favorecida inserir-se no que chamamos de 'cultura do consumo', pois, de certa forma, permite que essa camada da sociedade tenha acesso a bens de consumo que parecem ser essenciais na sociedade contemporânea, em que o Ter vale mais que o Ser. Podemos dizer, então, que o comércio de rua realiza diversos papéis no contexto social e econômico. Assim, as diferentes situações criadas pelo comércio de rua "[...] por um lado respondem as demandas legítimas e encaminham possíveis soluções no âmbito da nova ordem econômica e social[...]" (CACCIAMALI, 2000, p. 153).

Com o intuito de observar as características do comércio de rua, com base no referencial teórico de Milton Santos, e avaliar e discutir a validade e aplicabilidade de sua teoria, escolhemos duas áreas com características diferentes: uma centralidade "rica" onde se constitui um centro econômico e político e a outra centralidade localizada num bairro popular, na periferia social, pois o bairro da Liberdade é relativamente central e desempenha papel de sub-centro na cidade.

³ Neste trabalho, por comércio de rua entende-se o comércio exercido no espaço público e que foge as regras do comércio oficial, independente de sua maior ou menor permanência num determinado espaço.

Santos (2008) explica que, normalmente, existe uma divisão espacial entre classes, que se reflete na infraestrutura dos bairros, na aproximação dos bens e serviços, e até mesmo na arquitetura das edificações:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 2008, p.37).

Em Salvador, observamos facilidades de acesso a produtos e serviços, porém a segregação, a fragmentação e a privatização de espaços públicos são evidentes no urbano. Tal situação origina o que Santos (2008) nomeou de "os dois circuitos da economia urbana". O circuito superior e o circuito inferior possuem características diferenciadas, no entanto, são complementares, na medida em que um só existe em função do outro. As diferenças fundamentais entre as atividades dos dois circuitos estão baseadas na tecnologia e na organização.

O circuito superior utiliza tecnologia importada e 'capital intensivo', este circuito é constituído "[...] pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores" (SANTOS, 2008, p.40). Já o circuito inferior a tecnologia é baseada no trabalho intensivo e, geralmente, local ou localmente adaptada ou recriada, este circuito é constituído "essencialmente por formas de fabricação não 'capital intensivo', pelos serviços não modernos fornecidos 'a varejo' e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão" (SANTOS, 2008).

Assim, o objetivo traçado neste artigo é o de compreender a inserção do comércio de rua na teoria dos circuitos da economia urbana – superior e inferior –, definidos por Milton Santos (2008), e, a partir dos resultados empíricos desse caso específico, avaliar e discutir a validade e aplicabilidade dessa teoria diante das tantas alterações que as atividades comerciais vêm sofrendo. Segundo Heinonen (2005, p.84), "[...] a era atual de distribuição global dos bens, da divulgação mundial dos estilos de vida e da flexibilização dos padrões econômicos confunde os limites entre os chamados setores da economia [...]".

A teoria de Milton Santos é um referencial teórico-conceitual de extrema importância, o qual nos auxiliou na análise do nosso objeto de estudo. Desta forma, nossa intenção se constituiu em desvendar as peculiaridades do comércio de rua destas áreas distintas, ou seja, suas singularidades, estruturas, formas, processos e funções.

AS CENTRALIDADES: IGUATEMI E LIBERDADE

Para a escolha do recorte estudado neste trabalho, levamos em consideração a relevância, a organização e a influência do comércio de rua nas duas localidades. Além disso, consideramos que as duas áreas escolhidas dividem a função de polarização dos fluxos de pessoas e de captação de recursos, na forma de circulação de capital, caracterizadas, assim, como centralidades, porém apresentam diferenças em relação à hierarquia. Para Lefebvre (1999, p.110), "descobrimos o essencial do fenômeno urbano na centralidade", o que nos leva a dizer, então, que é nas centralidades do urbano que se configuram as mais importantes características da cidade.

Sendo assim, para este trabalho estabelecemos como recortes espaciais para análise – (1) que será chamado de centralidade do Iguatemi, restringindo-se, para o estudo do comércio de rua, à área de uma passarela de pedestres que liga dois terminais de ônibus ao equipamento urbano que dá nome à centralidade – Shopping Iguatemi. Nesta passarela tem-se garantida a grande circulação de pessoas, lugar adequado para a instalação do comércio de rua; (2) a área do Bairro da Liberdade, onde, para a análise do comércio de rua, utilizamos um trecho da principal avenida do bairro, a Lima e Silva, na qual encontramos a presença marcante das relações comerciais, e ao lado delas, as realizadas pelo comércio de rua.

A Centralidade do Iguatemi

A área do Iguatemi começou a ser arquitetada a partir da década de 1970, podendo, hoje, ser reconhecida como um novo centro de Salvador. O desenvolvimento dessa área fez parte do processo de reestruturação urbana de Salvador, que gerou um processo de descentralização centralizada, processo esse que conferiu uma nova configuração ao tecido urbano de Salvador, modificando o cotidiano das relações intraurbanas e interurbanas e fazendo surgir novos equipamentos urbanos que contribuíram para a alteração daquela estrutura. Segundo Santos (2007),

A reestruturação do espaço urbano, impondo uma nova lógica na centralidade urbana, provocou o surgimento de áreas com o papel de satisfazer novos desejos e novas necessidades da população soteropolitana. A materialidade deste processo evidencia-se na formação de um novo centro, o Iguatemi (SANTOS, 2007, p. 16).

O processo teve a participação do Estado, nas esferas estadual e municipal, o que trouxe para a área alguns fatores de atração, como a construção da Estação Rodoviária em 1970, a criação do Centro Administrativo da Bahia, em 1972, a criação do Detran, em 1973, e o novo Terminal Rodoviário de Salvador, em 1980. Em conjunto com a ação do Estado, a iniciativa privada também teve papel importante no desenvolvimento desse novo centro, uma vez que grandes mercados, lojas e escritórios dos mais variados serviços começaram a se instalar nos novos espaços produzidos com a expansão do tecido urbano da cidade.

Além disso, não podemos nos esquecer do equipamento urbano que dá nome a este centro, o Shopping Center Iguatemi, inaugurado em 1975, o qual, sem dúvida, representou não somente um marco na expansão da cidade, mas também, um elemento (re)estruturador da economia local, projetando suas influências no mercado de trabalho, na composição e peso do setor terciário soteropolitano. Podemos dizer que os *shopping centers* são o elemento mais expressivo de reestruturação do espaço (SOUZA, 1984).

O recorte espacial desta pesquisa, que estamos denominando de centralidade do Iguatemi, abrange o polo de nucleação compreendido pelo entorno do Vale do rio Camurugipe, essencialmente em trechos que margeiam as Avenidas Tancredo Neves, Professor Magalhães Neto, Antonio Carlos Magalhães e Juracy Magalhães Junior, e particularmente na área classificada pela Prefeitura Municipal de Salvador como subcentro do Camurugipe ZT10 – Zona de Uso Terciário (OLIVEIRA, 2003)

Entretanto, como base para nosso estudo de caso, reter-nos-emos ao comércio de rua que se estabelece na passarela de pedestres, a maior de Salvador, inaugurada em dezembro de 1988, que faz a ligação do Shopping Iguatemi, um dos maiores centros comerciais da cidade, a dois grandes terminais urbanos – a Estação de Transbordo do Iguatemi e a Estação Rodoviária. A escolha da área se justifica pela intensa concentração da atividade comercial na área, devido ao grande fluxo diário de pessoas pelo local.

Segundo dados estatísticos do Shopping Center Iguatemi, são cerca de 100 mil pessoas de segunda a sexta-feira. Outra pesquisa, realizada em 2005 pela Superintendência

de Engenharia de Tráfego (SET), para saber a movimentação na região do Iguatemi e estabelecer medidas que facilitassem a circulação naquela área, mostrou que 73.271 pedestres transitam das 7 às 20h no local. Já entre 17h e 45 min. e 18h e 45 min., no espaço de uma hora apenas, circulam pela passarela 7.392 pedestres (JORNAL A TARDE, 2006), ou seja, são mais de 70 mil possíveis consumidores para as mercadorias que estão ali expostas, ao alcance de um passo, dividindo o mesmo espaço.

Bairro da Liberdade: Avenida Lima e Silva

Segundo Ramos (2007), o Bairro da Liberdade surgiu no século XVIII, através das trilhas denominadas Estradas das Boiadas (ou estrada dos Bois), utilizadas para locomover o gado do interior para a cidade, ou seja, eram rotas que ligavam o interior ao Recôncavo Baiano. Teriam sido instalados, também, nesta região, conforme Ramos (2007) alguns quilombos, que *a posteriori*, deram origem, no final do século XIX, a alguns núcleos habitacionais como o Bairro da Liberdade.

Foram surgindo diversos outros núcleos habitacionais na área e a fixação das primeiras famílias se deu até as décadas iniciais do século XX. No entanto, somente a partir da década de 1940 é que a Liberdade passou a ser entendida como bairro. Outro motivo que levou a isso foram as ocupações coletivas de migrantes vindos, principalmente, do interior da Bahia, das quais podemos destacar a invasão da mata do Corta-Braço, em 1946, local onde hoje está o Bairro Pero Vaz; houve, também, nesse período, a expulsão de moradores das áreas centrais da cidade que acabaram se alojando nas áreas circunvizinhas (RAMOS, 2007). De acordo com Vasconcelos (2002, p. 387), o Bairro da Liberdade desenvolveu-se como "ligação do Centro Histórico de Salvador à península de Itapagipe – a partir da via de cumeada, antes dos aterros realizados que permitiram o acesso direto a Cidade Baixa".

O Bairro da Liberdade situa-se na Região Administrativa (RA-IV) composta por sete Unidades de Desenvolvimento Urbano (UDH)⁴ que apresenta uma das maiores densidades demográficas da cidade de Salvador, cerca de 261 hab/ha⁵. Segundo o censo do IBGE, a área concentra um total aproximado de 190 mil habitantes, e é na área do Bairro da Liberdade, cuja população é de 43.461 num perímetro de 6,50 km (CONDER, 2006), que desenvolvemos esta pesquisa. Outro ponto importante que nos chamou a atenção para o desenvolvimento da pesquisa na área, é a intensificação do comércio local do bairro. Além do comércio formal que vem se fortalecendo, está presente o comércio de rua, atividade que já se faz presente há muito tempo na Liberdade, refletindo, *a priori*, a herança africana dos produtos comercializados e pela forma de comercialização. Cabe ressaltar aqui, que a população do bairro tem origem nos descendentes africanos, sendo composta de aproximadamente 98% de afrodescendentes autodeclarados, entre pretos e pardos, segundo o censo do IBGE (2000).

Atualmente, mais que o chamado comércio ambulante que circulava pela cidade, destaca-se, no bairro, o comércio de rua que possui pontos fixos e ocupa, principalmente, as calçadas e outros espaços públicos.

Segundo dados da Sesp (Secretaria de Serviços Públicos e Prevenção à Violência), a área de estudo é um dos pontos críticos do comércio de rua e foi alvo de uma ação específica da Sesp para licenciamento – 253 trabalhadores de rua estão devidamente cadastrados e licenciados pela Prefeitura (IBAHIA, 2009). Estes aspectos justificam, em parte, a escolha do nosso estudo de caso.

⁴ O conjunto RA-IV é composto pelos bairros: Liberdade, Pau Miúdo, Pero Vaz, Caixa D' água, IAPI, Santa Mônica e Cidade Nova.

⁵ Região Administrativa da Liberdade (RA-IV) Área: 720 hectares/ habitantes 188.027- densidade habitacional 261 hab/hec.

Apesar das dificuldades de se delimitar uma área para o estudo do comércio de rua, isto foi necessário para que pudéssemos melhor delinear o desenvolvimento da pesquisa e alcançar os resultados propostos. Para tanto, determinamos no bairro da Liberdade a área onde esta atividade tem maior expressão; sendo assim, nos detivemos, para este estudo, em um trecho da Estrada da Liberdade, atualmente denominada Avenida Lima e Silva, mais precisamente a partir do plano inclinado em direção à Lapinha, o que, no entanto, não significa dizer que ficamos presos a esta área da Avenida.

A Estrada da Liberdade ou Avenida Lima e Silva é a principal via de acesso do bairro; sendo assim, foi a primeira a receber infraestrutura, tendo sido reurbanizada entre 1947 e 1951 (VASCONCELOS, 2002, p. 333). Sua localização é bastante estratégica, pois está situada na cumeada da encosta de Salvador, percorre toda a extensão do bairro, estendendo-se do Largo do Tanque até a Lapinha, numa extensão de 2.460 m (CONDER, 2006). Por localizar-se na parte mais elevada, proporciona uma vista panorâmica da cidade e da Baía de Todos os Santos.

É na avenida que estão concentradas as atividades econômicas do bairro, o que atrai um número elevado de pessoas ao comércio local e aos serviços ali oferecidos, situação que favorece o comércio de rua. Além disso, notamos a presença de alguns equipamentos urbanos como escolas, restaurantes, posto de saúde, centro social, centro cultural, igrejas, plano inclinado Liberdade-Calçada, o que dinamiza ainda mais as atividades da avenida.

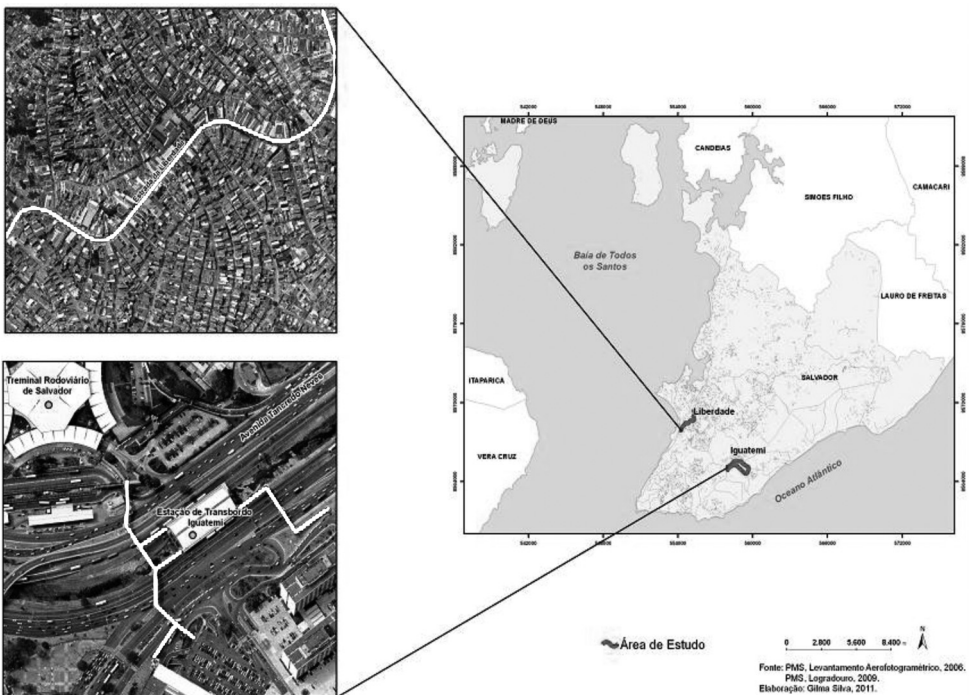


Figura 1 - Localização das áreas de estudo

COMÉRCIO DE RUA EM SALVADOR, BAHIA

Ambulantes pelas ruas, nas paradas de ônibus, nas praças, espalhados pelos centros das cidades não são um fenômeno atual, nem tampouco exclusivo dos países periféricos. O comércio de rua está presente nas cidades (re)definindo espaços, dandolhes novos usos, novas funções, fazendo parte do cotidiano urbano.

Em Salvador, o cenário é bastante conhecido, ambulantes tomam os passeios, pedestres abandonam as calçadas e invadem as ruas à procura de trânsito livre. Barracas, isopores, bancas coloridas e, muitas vezes, milhares de pés espremidos tornam pequeno o chão público, cinzento e sujo. De acordo com dados da Sesp (Secretaria de Serviços Públicos) em toda a cidade, são quase 150 mil trabalhadores informais, sendo que apenas 15 mil estão cadastrados e licenciados pela Prefeitura de Salvador, lembrando que isso não os exime da informalidade (BRITO, 2010).

O comércio de rua é parte integrante da economia da cidade de Salvador e, como tal, já não pode mais ser visto como uma presença de "mau agouro" no urbano, como se tirasse a boa imagem da cidade, ou ainda, dela representasse uma estética favelizada⁶. O comércio de rua é, antes de tudo, um comércio e como tal não pode ser, em princípio, visto como um fator de desqualificação da cidade.

Segundo Oliveira (2005),

o trabalho informal na cidade de Salvador é um labirinto social e complexo, heterogêneo, antagônico, tradicional e moderno que exige uma vigilância (talvez epistemológica) sobre as diversas pistas que encontramos constantemente pelos seus caminhos (OLIVEIRA, 2005, p. 149).

O comércio de rua pode ser, em grande parte, uma economia de sobrevivência, uma alternativa imediata ao desemprego, ou uma opção, uma escolha. É, também, um sinal de vitalidade comercial não aproveitada.

Ambulantes, camelôs ou marreteiros, trabalhadores da economia informal, barraqueiros ou paraquedistas, a denominação não importa muito, sendo uma coisa ou outra estão espalhados pelas praças, calçadas, pelos pontos de ônibus, por toda a cidade: Calçada, Subúrbio Ferroviário, Piedade, Centro Antigo, Liberdade, até alcançarem sua nova centralidade, o Iguatemi, sendo que esses dois últimos lugares constituem nossa área de estudo, como já explicitado anteriormente.

A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Milton Santos elaborou a Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana como uma forma de pensar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos em sua dimensão espacial, trata-se de um novo paradigma. Esta teoria se tornou importante, desde então, para os estudos de Geografia Urbana.

Segundo Santos,

[...] o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem, no nível

⁶ Termo utilizado pelo à época Superintendente de controle e ordenamento do solo (SUCOM) Cláudio Silva, quando falava da permanência de barracas do comércio de rua nos espaços públicos. Fonte: BRITO, George. Ambulantes favelizam o espaço do carnaval. In: A Tarde, 09/02/2012, p. A10.

regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades da mesma natureza, mas de níveis diferentes [...] (SANTOS, 2008, p. 21).

Os circuitos econômicos passaram a ser responsáveis pelo processo econômico e pelo processo de organização do espaço. A cidade passa a ser analisada por esses dois subsistemas: circuito superior e circuito inferior (ibidem).

Os circuitos foram definidos da seguinte forma: "1) o conjunto das atividades realizadas em certo contexto; 2) o setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo[...] e seriam identificados pelas diferenças de tecnologia e organização" (SANTOS, 2008, p.33). A partir dessas diferenças de tecnologia e de organização, partimos do pressuposto de que, por detrás do comércio de rua existem redes e circuitos que articulam distribuição e consumo; supúnhamos ainda que a organização e a tecnologia empregadas no desenvolvimento de tal atividade – como, por exemplo, crédito, estoque, formas de pagamento –, já não são mais aquelas ditas do circuito inferior, tais como organização primitiva, capitais reduzidos, estoques de pequenas quantidades, entre outras características apontadas por Santos nos anos 70.

Sendo assim, até que ponto podíamos afirmar que o comércio de rua, e mesmo outras atividades, estão inseridas neste ou naquele circuito?

De acordo com Santos,

O tema dos dois circuitos da economia urbana aparece então como um verdadeiro novo paradigma de geografia urbana e da planificação nos países subdesenvolvidos.

A ideia central desse estudo é que a cidade dos países subdesenvolvidos não funciona como um aparelho maciço ou, dito de outro modo, como um bloco. Ao contrário, no interior do sistema urbano, em si mesmo dependente de outros sistemas de nível superior, pode-se reconhecer a existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos (SANTOS, 2008, p.38).

Podemos dizer que Milton Santos incorporou os elementos da dinâmica socioeconômica para compreender a produção do espaço urbano nos países subdesenvolvidos, utilizando, como auxílio, para sua elaboração, evidências empíricas, que se mostram como elementos necessários na leitura das relações sociais (SPOSITO, 2004).

Esperamos, com a apropriação da Teoria dos Dois Circuitos da Economia, subsidiar a compreensão da organização e das diferenças existentes no comércio de rua das duas centralidades que serão, aqui, por nós analisadas.

TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE PARA O COMÉRCIO DE RUA

Quando nos debruçamos sobre os conceitos que cercam o comércio de rua: comércio informal, informalidade, economia informal, entre outros; notamos que esses termos são bastante polêmicos, trazem inúmeros significados e usos, isso porque abarcam diferentes situações de análises, ou seja, são utilizados em estudos sobre fenômenos de diferentes naturezas com dinâmicas bastante específicas, demonstrando assim, a abrangência dos termos.

O que percebemos é que é bastante complicado, conceituar a atividade e seus trabalhadores como formais ou informais, em se tratando do comércio de rua. Às vezes, é

formal, outras vezes, informal, ou ainda pode ser um pouco de cada. Além disso, há falta de consenso em torno do conceito de "informalidade", o que faz com que ocorra uma imensa variedade de definições para tal denominação.

Em nossas pesquisas de campo e através da aplicação de questionários e entrevistas, notamos que, cada vez mais, a característica "informal" está relacionada com a mercadoria, pois estas sim, em grande parte, possuem origem e qualidade duvidosas e, na maioria das vezes, em nenhuma das etapas do "ciclo" dessas mercadorias – produção, circulação e consumo –, se pagou imposto, ou seja, muitas delas, da fabricação até as mãos do consumidor, são informais.

O comércio de rua escoa grande parte da produção das indústrias e aquece o mercado. Uma de suas características mais marcantes é a irregularidade sob o aspecto tributário tornando-se, assim, um importante instrumento de sonegação fiscal. Tal comércio não emite nota fiscal e não paga qualquer imposto. Abastece-se, muitas vezes, através de operações irregulares, sem a emissão de documentos fiscais pelo fornecedor.

Então, o que constatamos aqui, é que a informalidade do comércio de rua está tomando outras formas, desarticulando-se do trabalhador e da atividade, e passando a vincular-se com a mercadoria trabalhada.

O que propomos, então, é discutir o comércio de rua e sua informalidade através das mercadorias, tendo como base teórica a Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana, desenvolvida por Milton Santos, na década de 1970, visto que o autor coloca as mercadorias e sua produção/distribuição/consumo no centro da discussão. Sendo assim, buscamos sair do dualismo formal X informal que, na atualidade, nos parece uma análise inconsistente, e fomos em busca de outra alternativa teórica que melhor caracterizasse o comércio de rua e que nos desse a oportunidade de uma discussão mais ampla dos nossos dados da pesquisa, na tentativa de aproximar e articular teoria e empiria de forma mais coerente e profícua.

Atualmente, tornou-se bastante complicado classificar qualquer atividade como formal ou informal; o que percebemos é que existem situações "híbridas", principalmente quando falamos em comércio de rua, pois ali nada mais é só formal, ou ainda, só informal.

Quando pensamos na globalização, na abertura econômica de alguns países como a China, por exemplo, fica difícil compreender e classificar qualquer que seja a atividade em inteiramente formal ou informal.

Podemos utilizar, como exemplo, o processo desde a fabricação até o consumo de um tênis de uma marca famosa: a maioria das empresas é norte-americana, porém o processo de fabricação não se dá nos Estados Unidos. Quando olhamos nas etiquetas todas dizem "Made in China", "Made in Korea", "Made in Indonesia", "Made in Thailand". Já há algum tempo as práticas trabalhistas de uma marca de tênis vieram a público e o pequeno escândalo que se seguiu tornou claro que as operações de vários fabricantes americanos de tênis fora do território do país deixam a desejar. A maioria dos operários que produzem sapatos no sudeste asiático é de adolescentes e mulheres jovens, que trabalham 15 a 16 horas diárias. Muitos vivem em alojamentos, separados de suas famílias; em alguns casos são virtuais prisioneiros, proibidos de deixar as instalações das fábricas sem um passe especial.

Muitos desses tênis são falsificados, mas talvez o processo de fabricação seja o mesmo dos originais, os abusos com os trabalhadores são os mesmos e, além disso, ambos deixam de pagar alguns impostos em algumas das etapas. Possivelmente, a grande diferença esteja no registro da marca e no preço com que o produto chega ao consumidor. É possível então classificar este ou aquele como formal e informal?

Tomando-se outro exemplo, mais próximo de nós e mais atual. Vimos, em alguns noticiários, problemas ligados a marcas de confecção, a grifes famosas: as roupas eram confeccionadas em oficinas clandestinas de costura por trabalhadores migrantes em situação ilegal, vindos de alguns países da América do Sul, principalmente Colômbia e Venezuela, e tratados como escravos viviam presos nas casas que lhes serviam de alojamento, além de

serem também local de trabalho. Tinham dívidas que nunca conseguiam terminar de pagar, não tinham dinheiro nem mesmo para a alimentação. Assim, podemos dizer que estas roupas passam a ser “do setor formal” apenas na última etapa, ou seja, quando são vendidas nas lojas, uma vez que os trabalhadores, de certa forma, são informais, e os impostos na fabricação não são pagos.

Atualmente, dizer que isto ou aquilo é formal ou informal tornou-se muito arriscado, principalmente quando se analisa o todo, ou seja, todo o processo pelo qual passa uma mercadoria, desde a fabricação até o consumo. Se olharmos apenas para a última etapa – o consumo – é bastante simples fazer essa classificação, porém o que propomos aqui é ir além do formal e do informal, e, deste modo consideramos que a Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana nos dá o respaldo necessário para essa análise.

Milton Santos (2008), com a Teoria dos dois Circuitos da Economia Urbana, buscou um novo paradigma teórico que proporcionasse analisar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos em sua dimensão espacial, permitindo, assim, a compreensão totalizadora do espaço urbano e de suas atividades econômicas.

O autor reconhece a existência de dois circuitos da economia: o circuito superior e o circuito inferior. E os diferencia da seguinte maneira, “[...] o circuito superior é constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” enquanto o circuito inferior é “[...] constituído essencialmente por formas de ‘capital não intensivo’, pelos serviços não modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2008, p.40).

A existência desses dois circuitos demonstra uma divisão local do trabalho composta por atividades bastante capitalizadas, muitas vezes de origem externa, como também por atividades da “economia pobre”, em grande parte voltadas para os interesses locais e pouco capitalizadas. Esses dois diferentes circuitos são resultado das diferenças qualitativas e quantitativas de consumo entre ricos e pobres na cidade, visto que nem toda a sociedade possui acesso, sem restrições e contínuo, a todos os tipos de bens e serviços (PEREIRA, 2011). Além disso, o crescimento e o desenvolvimento da cidade é bastante heterogêneo.

De acordo com Santos (2008, p. 37),

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços.

Cabe aqui ressaltar que não existe dualismo, “os dois circuitos possuem a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados” (SANTOS, 2008, p.53), porém o autor admite a dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior.

Partindo para discussão e análise dos dados obtidos com a aplicação de questionários e entrevistas em nossas áreas de estudo, podemos afirmar que o comércio de rua, da Avenida Lima e Silva e da Passarela do Iguatemi e seu entorno, faz parte do circuito inferior. Esta conclusão foi desenvolvida a partir de alguns traços característicos dos dois circuitos (quadro 1) confrontados com os dados de nossa pesquisa de campo.

Quadro 1 - Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	Capital Intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório
Estoques	Grande quantidade ou alta qualidade	Pequena quantidade / qualidade inferior
Preços	Fixo (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor
Crédito	Bancário Institucional	Pessoal – não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios.	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios.
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas.
Custos Fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização de bens	Nula	Frequente
Overheard capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: SANTOS, 2008, p. 44

Emprego

No comércio de rua, o destaque é para o trabalho autônomo, são os próprios donos das barracas que administram todo o processo, desde a compra das mercadorias até a venda ao consumidor. Em alguns casos, esse trabalho autônomo vem acompanhado do trabalho familiar, pois, geralmente, quem ajuda nas barracas são as esposas, os filhos, irmãos, e afins. São raras as barracas nas quais existe um dono e um trabalhador contratado, e quando isto ocorre, é feito de forma pessoal entre patrão e empregado. Este traço ocorreu nas duas áreas estudadas.

Renda

Os trabalhadores que estão ocupados no comércio de rua possuem uma renda que está concentrada entre 1 salário mínimo até 5 salários mínimos. Vale lembrar, contudo, que quando realizamos a pesquisa o salário mínimo no Brasil era de R\$622,00; existem, porém, algumas variações, das quais destacamos um vendedor que declarou ganhar com as vendas na barraca cerca de 20 salários mínimos.

Segundo Santos (2008, p.45), o circuito inferior, “[...] é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. Tudo isso está ligado às condições tecnológicas e financeiras das atividades desse setor e as suas relações com o conjunto da economia urbana”.

Quando partimos para a análise da qualificação e escolaridade desses trabalhadores, encontramos diferentes características, a maioria deles, porém, se concentra em três situações: a primeira dos que possuem o Ensino Fundamental I completo (antigo primário, da 1ª a 4ª série); a segunda, dos que possuem o Ensino Fundamental II completo (antigo ginásio, da 5ª a 8ª série); e, por fim, os que concluíram o Ensino Médio (antigo colegial, do 1º ao 3º ano). Percebemos que a maioria parou os estudos ao final de uma etapa não dando, então, continuidade aos estudos e à sua qualificação.

Porém, a única diferença em relação à descrição de Milton Santos (2008) é em relação à origem dos trabalhadores, pois, se, anteriormente, o comércio de rua era composto preferencialmente por migrantes, hoje são os soteropolitanos (65%) a maioria no exercício desta atividade. Os migrantes são, na maioria, do interior do Estado, poucos são de outros Estados e apenas um se declarou ser de outro país.

Lucro

Encontramos muitas dificuldades para analisar qual era o lucro que esses vendedores obtinham com a venda das mercadorias nas barracas. Muitos contabilizavam esse valor diariamente e alguns não sabiam responder; outros, no entanto, tinham uma maior organização e melhor administração da barraca e conseguiam calcular seus lucros e seus investimentos.

Os valores relativos ao lucro variaram dos R\$30,00 diários aos R\$3.000,00 mensais. Dentro dessa gama de valores apareceram vários universos: R\$ 230,00, R\$ 300,00, R\$ 400,00, R\$ 500,00 mensais, até chegar ao valor máximo de R\$ 3.000,00.

Já os gastos com a compra das mercadorias ficaram entre R\$ 300,00 e R\$ 6.000,00 mensais. Os valores entre R\$ 500,00 e R\$ 1.500,00 foram os mais citados por nossos entrevistados. Notamos que não existe, por parte dos vendedores, a preocupação com o investimento na infraestrutura das barracas; o dinheiro obtido com as vendas é gasto apenas com as mercadorias, o restante é para a manutenção familiar. Isso fortalece a ideia de que uma das funções do comércio de rua é garantir a sobrevivência desses trabalhadores e a vida cotidiana da família.

Ajuda governamental

Os vendedores do comércio de rua, das nossas áreas de estudo, não recebem nenhuma ajuda do Governo e, não raras vezes, acabam sendo perseguidos e culpabilizados pelos agentes públicos. Levam a culpa pela cidade mal organizada, suja e barulhenta.

A Secretaria de Serviços Públicos (Sesp) é o órgão municipal de Salvador, responsável pela fiscalização e ordenamento das vias públicas, que decide onde podem se instalar as barracas do comércio de rua.

Foi criado na Sesp, visando à gestão e ao controle do comércio de rua na cidade, um sistema de cadastro para a autorização e a organização do uso do espaço público realizado pelo comércio de rua. O vendedor precisa comparecer à Secretaria, com seus documentos pessoais (RG e CPF), preencher um cadastro no qual vai indicar três lugares onde gostaria de se instalar; é necessário levar fotos do local e as medidas da barraca, além de declarar qual tipo de mercadoria pretende comercializar. É necessário, também, o pagamento de uma taxa cujo valor varia de acordo com o local e o tamanho da barraca. Após a indicação, a Secretaria realiza a análise desses locais, e é ela quem decide onde a barraca ficará, podendo, inclusive, indeferir os três locais citados; sendo assim, o local onde o vendedor vai locar sua barraca acaba ficando à escolha do órgão, ação esta que pode ser realizada em cerca de trinta dias.

Nas entrevistas, muitos dos vendedores criticaram este fato, pois escolhem os lugares de acordo com suas necessidades, às vezes próximos às residências, ou onde acham que existe um maior fluxo de pessoas; enfim, muitas vezes acabam não fazendo o cadastro por essas dificuldades e colocam sua barraca em qualquer local, sem seguir regra alguma, ficando também à mercê da fiscalização que pode, inclusive, apreender a barraca e as mercadorias. A Secretaria, por sua vez, está cumprindo seu papel normativo, com o intuito de ordenar os espaços públicos da cidade. Porém, a situação lembra um "cabo de guerra": cada um puxa a corda para seu lado, sem a tentativa de se chegar a um consenso, e quem sofre os danos dessa batalha é a população que circula mal pela cidade, disputando espaços com as barracas.

Na passarela, onde desenvolvemos nossa análise, já houve a proibição da instalação das barracas, porém os vendedores invadiram o local. Hoje, entre os nossos entrevistados, 60% não possui o cadastro da Prefeitura, pois esta não mais autoriza as barracas na passarela e muitos alegam dificuldades com documentação e com as mercadorias comercializadas. Na Avenida Lima e Silva acontece o inverso: 64,2% de nossos entrevistados possuem o cadastro junto à Sesp, pois o órgão realizou um "mutirão" para cadastrar todos os vendedores do comércio de rua da avenida. Vale lembrar que os vendedores cadastrados em ambas as áreas estão, em sua maioria, inseridos na atividade há mais de 10 anos. As maiores dificuldades são encontradas pelos novos trabalhadores da atividade, devido ao saturamento dos espaços públicos apropriados pelas barracas do comércio de rua.

Os fiscais da Sesp, na linguagem dos vendedores, os "rapa", são os responsáveis por fiscalizar o tamanho das barracas, as áreas que estão sendo ocupadas, as mercadorias e, principalmente, se os vendedores estão cadastrados regularmente pelo órgão. Notamos, durante nossas andanças pela passarela, que a presença desses fiscais é constante e, segundo um deles, entrevistado por nós, são 12 fiscais responsáveis pelo controle e pela organização do comércio de rua da passarela. Não presenciamos nenhuma abordagem a vendedores, nem mesmo àqueles que comercializam CDs e DVDs piratas, mercadorias proibidas para o comércio; pelo contrário, notamos que os fiscais são, antes de qualquer coisa, também consumidores. De acordo com nosso entrevistado, a fiscalização se torna complicada, devido à grande quantidade de vendedores que tumultuam o fluxo de pessoas. Já na Avenida Lima e Silva, não encontramos nenhum fiscal; nossos entrevistados, vendedores, disseram que eles nunca aparecem por lá. Isso mostra que a atuação da Sesp é seletiva na cidade, na centralidade do Iguatemi é atuante, mas na Liberdade, um subcentro localizado em área popular, a atuação é escassa.

Além da dificuldade de se conseguir a licença da prefeitura para ocupar os espaços públicos, existem outros percalços para o comércio de rua. Um deles está associado ao aluguel, que varia de 200 a 300 reais, e o repasse, que pode chegar a 5 mil reais, dos pontos onde estão algumas barracas já licenciadas. Este "esquema" de repasse de pontos licenciados, envolve pessoas ligadas às associações da classe, atualmente existem 7, e funcionários da prefeitura. No "esquema", o vendedor que possui a licença recebe o dinheiro para que outro desenvolva a atividade em seu lugar, este ficaria livre da fiscalização porque funcioná-

rios da Sesp estariam envolvidos na "máfia". Surge então uma outra questão que envolve o comércio de rua e sua ordenação, a corrupção dos fiscais que seriam responsáveis por essas ações de organização (WENDEL, 2013).

Funcionamento

O comércio de rua, assim como as demais atividades que fazem parte do circuito inferior, "[...] apoia-se no consumo; ele resulta da demanda, mesmo que esta esteja deformada pelo efeito demonstração" (SANTOS, 2008, p.47).

O funcionamento das barracas é, assim, articulado com os desejos de consumo de seus clientes: são objetos supérfluos, bugigangas da moda, cópias do estilo usado pela classe social de renda mais alta. O comércio de rua é movido pelo impulso de consumo dos cidadãos/consumidores que circulam pela cidade e se deparam com as barracas nos espaços públicos.

O comércio de rua, tanto da passarela de pedestres do Iguatemi e seu entorno, quanto da Avenida Lima e Silva, no bairro da Liberdade, se abastece, principalmente, nas lojas do centro antigo de Salvador, na Avenida Sete e nos seus becos, mas também existem aqueles que buscam suas mercadorias em outros Estados, os quais, no entanto, são minoria, isso vai depender da mercadoria que é vendida. Dessa forma, o comércio de rua encontra seus elementos de articulação na cidade (SANTOS, 2008). Lembramos que voltaremos a este assunto mais adiante.

Os estoques são bastante reduzidos quase inexistentes, "conforme vou vendendo vou repondo", diz um de nossos entrevistados; a renovação é feita no dia a dia, porém sempre em pequenas quantidades.

Através desse universo de características podemos, enfim, considerar o comércio de rua como parte integrante do circuito inferior de economia urbana, ressaltando sua articulação e dependência com o circuito superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos a análise em torno do conceito de informalidade para desenvolver uma discussão empírica e teórica, chegamos àquilo que consideramos se constituir na novidade da nossa pesquisa.

Diante de uma atividade tão heterogênea que assume tantos significados, trilhar um caminho pelo conceito de "informalidade" é bastante complicado e exige muita cautela para não limitar as análises e classificar de forma errônea a atividade e o trabalhador. A falta de precisão, de clareza e a fragilidade do termo não ajudam na compreensão, de forma clara, as condições das atividades e dos trabalhadores, considerados como parte integrante de tal "informalidade".

Sendo assim decidimos percorrer outro caminho, que não estivesse ligado ao trabalho e nem ao trabalhador, ou seja, escolhemos pensar o comércio de rua como uma atividade comercial, buscando compreendê-lo e classificá-lo através de suas mercadorias, percorrendo todo o caminho dessas, desde a origem até as mãos do consumidor.

Percebemos que, atualmente, as características denominadas "informais", "ilegais", "irregulares", estão cada vez mais relacionadas às mercadorias, pois estas sim, em sua maioria são falsificações, réplicas, contrabandeadas, piratas e, em nenhuma de suas etapas, produção/circulação/consumo, foram pagos os encargos fiscais. Assim consideramos

que as irregularidades do comércio de rua estão tomando uma nova forma, se desarticulando do trabalho e do trabalhador, passando a se vincular às mercadorias.

A partir dessa ênfase nas mercadorias fomos buscar, fora do dualismo "formal X informal", uma alternativa teórica para discutir nossos dados empíricos. Optamos, então, pela teoria dos dois circuitos da economia urbana, que coloca as mercadorias e sua produção/distribuição/consumo no centro das discussões.

Notamos então, através da análise dos dados obtidos em nossa pesquisa de campo e do confronto desses com os traços característicos do circuito inferior da economia, que o comércio de rua da Avenida Lima e Silva e da Passarela do Iguatemi fazem parte desse circuito, que se articula e mantém uma relação de dependência com o circuito superior.

Um dos objetivos traçados para esta pesquisa era o de discutir a validade e a aplicabilidade da teoria elaborada por Milton Santos, e o que constatamos aqui é que, apesar de ter sido pensada na década de 1970, realmente continua atual e ainda cabe nas discussões acerca da economia da cidade. Estávamos equivocados quando partimos do pressuposto de que, devido ao desenvolvimento de algumas variáveis, como crédito, estoque e tecnologia, e da articulação em rede do comércio de rua, já não cabia mais classificá-lo como fazendo parte do circuito inferior. Apesar de algumas transformações, o comércio de rua ainda possui as características desse circuito, e inovações como uso de cartão de crédito e débito, estoque, entre outras, acontece para uma minoria. Nossos vendedores da rua continuam com "o capital muito pequeno, a tecnologia obsoleta ou tradicional e a organização deficiente" (SANTOS, 2008, p. 97-8). Indo além, pode-se afirmar que esta atividade continua sendo, ao mesmo tempo, uma resposta e um produto da pobreza (SANTOS, 2008).

REFERÊNCIAS

BRITO, George. Na avenida sete, camelôs na calçada e transeuntes na rua. **Jornal A Tarde** Salvador, p. A 5, 12/10/2010.

CACCIAMALI, Maria C. Globalização e Processo de Informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.14, p. 153-174, jun. 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Polet. 4 ed. Petrópolis/RJ : Vozes, 2003.

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador. **Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: Conder, 2006.

HEINONEN, Noora. A Cidade Alta em Alta? Circuitos e Cenários Comerciais do Centro Velho de Salvador. **Revista Geotextos**, Salvador, v. 1, n.1, p.81-116, 2005.

IBAHIA. Liberdade: camelôs tomam espaço de pedestres. Salvador, 19/03/2009. Disponível em <http://ibahia.globo.com>. Acesso em 10/10/2011.

JORNAL A TARDE. Passarela do Iguatemi não comporta volume de pedestres. Salvador, 18 de novembro de 2006.

LEFEBVRE, Henri. (1970). **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

OLIVEIRA, Margarete R. N. **A área do Iguatemi: o novo centro econômico da cidade de Salvador - uma análise da produção espacial de novas centralidades**, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Bahia, Salvador. Instituto de Geociências, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Paulo J. de. **A Condição "Provisória - Permanente" dos Trabalhadores Informais:** o caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador. 2005. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

RAMOS, Maria Estela R. **Território Afrodescendente:** uma leitura da cidade através do Bairro da Liberdade, Salvador (Bahia). 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. 2007.

SANTOS, Jânio. Centro, Sub-centros e Novas Centralidades na Metrópole Soteropolitana. In: XI ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2007, Bogotá. XI ENGAL - **Geopolítica, Globalização e Mudança Ambiental:** desafios no desenvolvimento latino-americano, Bogotá, 2007.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido.** (1979) Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. (Trad. Myrna T. Rego Viana).

SEI- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Pesquisa Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador.** Salvador: SEI/DIEESE, 2010.

SOUZA, Luiz Antonio de. **Configuração Espacial de Salvador.** Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, PROPUR/UFRGS, 1984.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia.** São Paulo: Editora Unesp, 2004.

VASCONCELOS, Pedro de A. **Salvador:** Transformações e Permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.

WENDEL, Bruno. O Ponto é R\$ 5 Mil. **Jornal Correio.** Salvador, 17/01/2013. p. 22-23.

Recebido em abril de 2013

Aceito em maio de 2013